

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SUJEITO FEMININO E HERMENÊUTICA DO COTIDIANO: REFLEXÕES TEÓRICAS

Érica Antunes Pereira *

Resumo: Neste artigo, partimos da postulação de Michel de Certeau, que dignifica o cotidiano como matéria de literatura e outras artes e recorremos a um arsenal teórico que se apóia na hermenêutica do cotidiano e na história dos aspectos concretos (micro-história) da vida das mulheres nas sociedades contemporâneas como estratégias a analisar processos de construção de subjetividades.

Palavras-chave: Construção Social do Sujeito Feminino. Hermenêutica do Cotidiano. Identidades. Gênero.

THE CONSTRUCTION OF THE FEMALE SUBJECT AND THE HERMENEUTICS OF EVERYDAY LIFE: THEORETICAL REFLECTIONS

Abstract: In this article, we start from the postulation of Michel de Certeau, that dignifies everyday life as the object of literature and other arts and we resort to a theoretical arsenal that relies on the hermeneutics of everyday life and history of concrete aspects (micro-history) of women's lives in contemporary societies as strategies to analyze processes for the construction of subjectivities.

Keywords: Social Construction of the Female Subject. Hermeneutics of Everyday Life. Identities. Gender.

O dia-a-dia se acha semeado de maravilhas, espuma
tão brilhante [...] como a dos escritores ou dos
artistas. Sem nome próprio, todas as espécies de
linguagens dão lugar a essas festas efêmeras que
surgem, desaparecem e tornam a surgir.

Michel de Certeau

Na atualidade, a crítica feminista e a abordagem do cotidiano desenvolvem-se no âmbito da ampla crítica cultural, teórica, epistemológica, em dialogismo com a Hermenêutica, a Psicanálise, o Desconstrutivismo, entre outros ramos do conhecimento. Essa crise de referenciais é, como esclarece Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 66), uma das marcas de um sistema mundial em transição, dominado por um complexo movimento entre processos de globalização e de localização.

Os estudos sobre o cotidiano desenvolvem-se no interior de um conjunto de transformações ocorridas no final do século XX: a revolução tecnológica alterou o modo de produção capitalista, resultando no incremento do processo de globalização nascido com o próprio capitalismo (GORENDER, 1997, p. 311), e que consiste num

sistema global de obliteração ou “con-formação da diferença” (HALL, 2003, p. 59). Assim, na virada para o século XXI, “as verdades, os limites, as noções sobre o sujeito alteraram-se profundamente [...]; a construção social da subjetividade das mulheres” (VIEIRA, 2005, p. 210) vai fazer parte de um processo maior, de construção da identidade do sujeito contemporâneo.

No bojo das transformações em que se insere o estudo do cotidiano – mais adiante o explicitaremos –, os estudos feministas na atualidade também começam a recusar verdades universais como o “sujeito da história”¹, o “eterno feminino” ou a “essência feminina”, denominações que se confundiam com a Natureza ou tornavam as mulheres aprisionadas no espaço doméstico e nas tarefas femininas tradicionais. Os estudos feministas, na contemporaneidade, optam pelo elogio da diferença sem hierarquia, por arcabouços teóricos relativistas e contingentes que valorizem os papéis informais, visíveis apenas através do enfoque do cotidiano das mulheres, “para reivindicar sua presença e seu impacto em todas as esferas e dimensões da vida social” (OLIVEIRA, 1999, p. 109-110), em contextos determinados.

Dessa maneira, tanto a categoria do sujeito universal da História – macho, branco², civilizado do Primeiro Mundo e em posição de comando – quanto a categoria universal do feminino passam a ser desacreditadas, para que se privilegie o aspecto relacional das identidades de gênero (GONÇALVES, 2006, p. 69).

No final da década de 1960, a confluência de uma série de acontecimentos que culminaram nos protestos de maio de 1968, na França, deu visibilidade a movimentos reivindicatórios de grupos como estudantes, operários, negros, mulheres (Elaine Showalter se refere a uma “esquerda cultural” (SHOWALTER, 1990, p. 180), a partir da posição de minorias, na qual o feminismo contemporâneo se insere e encontra possibilidades abertas) e homossexuais, em consonância com protestos contra a Guerra do Vietnã e contra as ditaduras militares na América Latina. No bojo dessas transformações políticas e culturais, abriram-se discussões decisivas no âmbito das Ciências Sociais, o que levou à necessidade de novos constructos teóricos para a análise e interpretação da realidade social.

Prestigiados pensadores, como Jean-Paul Sartre, Henry Lefebvre, Jean Baudrillard, Pierre Bordieu, Jürgen Habermas, Mikhail Bakhtine, Gilles Deleuze e Felix Guattari, voltaram suas atenções para o estudo do cotidiano como fonte histórica. A documentação, que antes se referia ao evento e ao seu produtor, agora se voltaria para o campo econômico-social e diria respeito “à vida cotidiana das

massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças, às suas diversas formas de vida social” (REIS, 1994, p. 126), podendo ser obtida por meio de fontes arqueológicas, pictográficas, iconográficas, fotográficas, cinematográficas, orais, pois o objetivo era vencer as lacunas e silêncios da história oficial.

É preciso lembrar, aliás, que o silêncio, mesmo que indiretamente observável, também pode adquirir um caráter documental, pois, como explica Eni Puccinelli Orlandi, “ele não é o vazio, mesmo do ponto de vista da percepção: nós o sentimos, ele está lá (no sorriso da Gioconda, no amarelo de Van Gogh, nas grandes extensões, nas pausas)” e só se mostra “por fissuras, rupturas, falhas” (2007, p. 45).

No caso do silêncio e da invisibilidade de que se revestiram durante tanto tempo as identidades femininas, essas estratégias de exclusão das mulheres podem ser explicadas pelo fato de os pais dos princípios da tradição liberal, Hegel e Rousseau, considerarem a sua natureza como “biológica” (para Diderot, a mulher é comandada por seu útero³), o que as reduzia a “incapazes” de consciência política e de exercer a cidadania, dada a sua emocionalidade, diretamente vinculada à comunidade familiar, em virtude do desempenho dos papéis de esposas e mães.

A Revolução Francesa, apesar de ter propiciado algum avanço na questão da igualdade entre os sexos (mesmo considerando-se os preconceitos há pouco referidos), representa um dos momentos de uma história silenciada que negou importância e participação das mulheres no processo revolucionário, reiterando uma ideia de omissão e passividade das mulheres na construção das democracias.

Contra essas concepções que reforçam a dicotomia de que o espaço público (das decisões e do poder) é reservado aos homens e o espaço privado (doméstico) é o mundo das mulheres, levantaram-se pesquisadoras feministas, como Michelle Perrot (1998, p. 10):

Para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa. Afinal, esse poder sobre os costumes não é o essencial? Os homens são, na verdade, os senhores do privado e, em especial da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam, e representam, dispostos a delegar às mulheres a gestão do cotidiano.

É justamente nesse campo, repressiva e preconceituosamente “destinado”, que a atuação das mulheres rasurará o quadro de referências que lhes tem sido

imposto: o cotidiano.

E a hermenêutica feminista do cotidiano utilizará os documentos informais para dar visibilidade à “voz do silêncio”; suposto silêncio ou estratégico silêncio, é necessário lembrar. Maria Odila Leite da Silva Dias afirma que, ao analisar os documentos informais, o investigador deve estar atento à identificação da ideologia dominante, para que assim possa interpretar as entrelinhas e recolher indícios e vestígios de modos de ser [das mulheres] em sociedade (DIAS, 1998, p. 251). A pesquisadora refere-se ainda a depoimentos contidos em processos criminais, inclusive aqueles cujas testemunhas são analfabetas, e que podem revelar traços da vida socioeconômica e cultural, valorizando justamente os papéis informais que, na maioria das vezes postos à margem e sujeitos à opressão, tanto interessam a uma hermenêutica do cotidiano.

Esta, porém, não está isenta de complexidades.

Milton Santos (2004, p. 126) afirma que o mundo cotidiano abriga uma produção ilimitada de racionalidades, constituindo-se por uma heterogeneidade criadora. Agnes Heller (2008, p. 32), para definir a vida cotidiana, emprega a mesma qualificação: heterogênea. Dessa maneira, o cotidiano se revela plural, híbrido e complexo; a unicidade sugerida pela ideia de repetição dos atos cotidianos, na verdade, é ilusória, porque suas ocorrências acabam por instituir sentidos diversos. Edwiges Zaccur (2003, p. 180) acrescenta que “o que aparentemente se repete, no próprio processo de repetição, tanto se reitera como se recria, produz iterâncias realimentadoras, por menores que sejam as alterações, por acréscimo ou desgaste”.

Aprofundando a discussão, Norberto Guarinello propõe que o cotidiano apresenta dualidades temporais complementares: o repetitivo e o transformador, o duradouro e o instantâneo, o banal e o excepcional. Não se reduz, portanto, a apenas uma esfera da vida, pois compreende “a tensão entre a ordem e o movimento, entre a estrutura e a ação” (GUARINELLO, 2004, p. 25-26).

A complexidade do cotidiano traduz-se, em síntese, para além dessas tensões, naquilo que Agnes Heller chamou de “heterogêneo” (2008, p. 32) por englobar os mais diversos aspectos da vida, como as relações familiares e de trabalho, a vida privada, as sensibilidades, o descanso e o lazer, as relações de gênero, de etnia e a construção das identidades.

Na década de 1970, contribuições teóricas fundamentais se voltam para o estudo do mecanismo como as forças conservadoras hegemônicas se reproduzem

no tecido social e para a dinâmica de acomodação/resistência (individual e coletiva) perante elas: *História e cotidiano* (1970), de Agnes Heller; *A revolução urbana* (1970), de Henri Lefebvre; e os artigos “Manières de faire et pratiques quotidiennes” e “Pratiques culinaires: une mémoire”, de Michel de Certeau e Luce Giard (1978), parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida entre 1974 e 1978, e que originou a publicação, em 1980, de *A invenção do cotidiano*, volumes 1 e 2.

Henri Lefebvre, em *Critique de la quotidienne II: fondements d’une sociologie de la quotidienneté* (1991), preceitua que o domínio do espaço é fonte de poder social sobre a vida cotidiana e se articula a outras formas de poder social. Para ele, o cotidiano é o produto histórico mais próximo do ser humano, constituindo-se como instrumento para a abordagem empírica do real e como forma de mediação entre particular e universal. O foco no cotidiano é base para a compreensão dos processos estruturantes das relações sociais mais amplas.

Agnes Heller, mais enfaticamente, assevera que o cotidiano é a raiz e sustenta tudo o que se lhe sobrepõe: “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico” (HELLER, 2008, p. 34). Para a referida pensadora, o cotidiano pode ser o ponto de partida da interpretação histórica se encarado como diretamente relacionado com a história social e cultural e sob novas modalidades metodológicas, tendo como contraponto a história política oficial (que selecionava acontecimentos históricos excepcionais).

Confluindo com as propostas de Henri Lefebvre e Milton Santos já expostas, Agnes Heller considera que o cotidiano constitui-se, também, como campo aberto a ações inovadoras e saberes criativos. Para a pesquisadora, a vida cotidiana é o “fermento” secreto da história, pois é nela que ocorre a “revolução invisível” tramada por todos os homens no processo de evolução social.

Michel de Certeau (1994; 1996)⁴, por sua vez, afirma que, a partir da análise da vida cotidiana, é possível perceber e interpretar os movimentos de resistência ante as forças hegemônicas de reprodução e de controle social. Certeau sublinha os meios de inventar o cotidiano ao escapar dos modelos de consumo impostos, subvertendo as representações (e construindo micro-história) a partir de dentro do discurso dominante. Ressalte-se que, no caso da construção da identidade da mulher como proposta pelas teorias feministas atuais, a desconstrução do discurso masculino a partir da rasura de seus pressupostos (também a partir de dentro) justifica-se pelo forte poder que ele ainda exerce em virtude de sua estabilização⁵ por longo tempo.

Lembramos Simone de Beauvoir (2000, p. 10), que afirmava: “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”.

Em *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau retoma as ideias de Michel Foucault (2006) sobre a microfísica do poder e os espaços de controle na vida social moderna e dá visibilidade às táticas populares relacionadas ao cotidiano – habitar, circular, falar, ler, ir às compras, cozinhar – nas operações e usos individuais, que implicam “operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento” (HARVEY, 2002, p. 41).

Andréa Lisly Gonçalves, sobre a categoria “resistência” das mulheres, qualifica-a como “lenta, surda, quase invisível, restrita a determinados espaços (mas nem por isso menos politizados), em geral contraposta a uma ubíqua dominação masculina” (GONÇALVES, 2006, p. 72).

Michel de Certeau (2005a, p. 100-101) assim define a tática cotidiana de resistência ou de reinvenção do cotidiano:

é o movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’[...], e no espaço por ele controlado. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Ai vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco.

Assim, as reflexões de Agnes Heller, Henri Lefebvre e Michel de Certeau trazem contribuições definitivas para a reflexão sobre a constituição dos sujeitos sociais com base no cotidiano, que, como campo de estudo, dá visibilidade ao entrecruzamento de processos macro e microssociais e recoloca o indivíduo e a coletividade no centro do acontecer histórico.

As tradições, as identidades e as representações constituem a concretização dos saberes sobre o cotidiano. É no cotidiano (entendido como cotidiano-com-os-outros⁶) que o ser humano vive as identidades, numa rede simbólica de sentidos de pertencimento como classe, gênero, grupo, etnias, nacionalidades. Para Sandra Jatthy Pesavento (2003, p. 89), essas representações sociais constituem formas

concretas de encenação do cotidiano.

Unindo pontas, retomamos a proposição de Agnes Heller de que é na vida cotidiana que ocorre a “revolução invisível” e enlaçamo-la às lacunas e silêncios sobre a ação das mulheres que a história oficial tem insistido em invisibilizar, para propor, com Maria Odila Leite da Silva Dias e Rachel Soihet, uma hermenêutica do cotidiano feminino que nos possibilite acompanhar a construção social do sujeito feminino nas obras literárias que nos propomos a examinar e em seus respectivos contextos.

Sobre as identidades das mulheres ou o processo de construção social das mulheres como sujeitos, cabe uma pausa para breve reflexão teórica.

Preconiza Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 96-97) que:

A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Ademais, a discussão sujeito/identidade associa-se à reflexão sobre as mudanças históricas que, segundo Stuart Hall (2003; 2005), são inseparáveis das mudanças relacionadas às estruturas sociais. Acrescenta Anthony Giddens que, “para o bem ou para o mal, somos impelidos rumo a uma nova ordem global que ninguém compreende plenamente, mas cujos efeitos se fazem sentir sobre todos nós: a globalização (GIDDENS, 2000, p. 5).

Assim, instituições e indivíduos, pressionados por modelos das esferas societária e global, negociam constantemente suas identidades por meio da mediação discursiva.

Quanto ao mecanismo de estruturação, o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos (semelhantes aos dos mecanismos discursivos e linguísticos nos quais se sustenta): fixação e estabilização; subversão e desestabilização.

A identidade tende para a fixação, assim como a linguagem, mas sempre escapa a esse movimento, comprovando a impossibilidade de uma fixação. As identidades nacionais, por exemplo, para seu estabelecimento, tendem a ser encaradas sob essencialismos culturais, enquanto as identidades de gênero, quando se quer ratificar a dominação masculina, são fixadas por parâmetros naturais,

biológicos (SILVA, 2000, p. 84).

Mas, segundo Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 131), a crítica teórica contemporânea se encarrega de revelar o que escapa e impossibilita esses mecanismos de fixação. Para ele, a construção identitária das mulheres, mesmo que se forje em processo, realiza-se em descompasso com a mudança global.

Stuart Hall, ao definir o que entende por identidades culturais, associa-as aos sistemas de representação e acrescenta que estes são sempre sujeitos a mudanças: “identidades culturais são aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2005, p. 8).

Para esse autor, a identidade cultural nacional é um sistema simbólico, que preside tanto as ações humanas quanto a concepção de si em uma “comunidade imaginada”, com vista à homogeneização e enquadramento político no Estado Nação, que se ergue sob as categorias do uno-indivisível, da continuidade, da intemporalidade, do mito fundacional, da perpetuação das heranças e, por conseguinte, da eliminação do múltiplo, da diferença, da cultura do colonizado em detrimento da do colonizador.

Contudo, Stuart Hall refere o deslocamento e a desintegração das identidades nacionais na pós-modernidade, acentuando que novas identidades, híbridas⁷, emergem, com base nas categorias da diferença e da alteridade (HALL, 2005, p. 89).

Constatando também a fragmentação do sujeito contemporâneo, Zygmunt Bauman complementa que, pela falência do Estado e das instituições de referência do sujeito, pelo processo de globalização, pelo neo-liberalismo e, em consequência desses, a liberdade e/ou insegurança desse “mundo líquido”, os sujeitos posicionam-se à deriva, num mundo em transformação incessante. A questão da identidade, portanto, sintetiza-se nos termos abertura e movimento, no esforço contínuo de associação a grupos “igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter juntos por um momento, mas não há muito tempo” (BAUMAN, 2005, p. 26).

Desta forma, é possível concluir, com Zygmunt Bauman, que a crise das grandes certezas e dos referenciais teóricos que as sustentavam, denominada por ele de “insegurança epistemológica”, gerará, na corrente pós-feminista intitulada “hermenêutica do cotidiano”, uma certeza: a de que a desmitificação das correntes historiográficas herdeiras do iluminismo pela emergência da história das mulheres

permitiu a discussão das identidades femininas com base na recusa das noções de “essência feminina” e de “sujeito universal feminino”.

Rachel Soihet (1997, p. 112), em “História, mulheres, gênero: contribuições para um debate”, assinala que:

Divergência de posições, debates, controvérsias, este é o quadro hoje da história das mulheres; quadro que se afigura dos mais promissores e que coincide com a diversidade de correntes presentes na historiografia atual.

A introdução da categoria “diferença” e dos vetores classe, raça, etnia e sexualidade no debate feminista acarretou a impossibilidade de considerar-se uma identidade única para as mulheres, em favor da historicidade e da transitoriedade do conhecimento dos valores culturais em processo de transformação no tempo, como enfatiza Maria Odila Leite da Silva Dias (1992, p. 39).

Dessa maneira, de acordo com Rosiska Darcy de Oliveira (1999, p. 109), a revalorização da diferença não enfraquece a luta por igualdade de oportunidades para as mulheres, mas a redefine.

A partir da década de 1960, cresce, na historiografia (concomitantemente à valorização do cotidiano como categoria de análise), um movimento crítico do racionalismo abstrato e Maria Odila Leite da Silva Dias (1992, p. 43-44) assinala o desdobramento desse movimento em várias correntes, como o revisionismo neomarxista, a Escola de Frankfurt, a história das mentalidades, as linhas do discurso da desconstrução de Derrida e Foucault, que permitem relativizar o conhecimento histórico no tempo e em situações, tornando mais factível a integração da experiência social das mulheres, tecida a partir de retalhos do cotidiano e não de painéis de grandes feitos.

As correntes revisionistas marxistas preocupam-se em resgatar identidades coletivas de grupos excluídos, pluralizando os objetos históricos e alçando as mulheres – antes marginalizadas dos estudos históricos, como propunha Mary Beard – “à condição de objeto e sujeito da história” (SOIHET, 1997, p. 99).

Na década de 1970, “em oposição à história ‘miserabilista’ (PERROT, 1987) – na qual se sucederam ‘mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas’ – emergiu a mulher rebelde” (SOIHET, 1997, p. 100). Algumas abordagens realizadas por Michelle Perrot (1998) e Natalie Zemon Davis (1990) exploram esse perfil, mas Rachel Soihet considera

necessário ainda superar a dicotomia vitimização/sucesso nas abordagens teóricas, investigando os campos em que há maior participação feminina, para abarcar as dimensões de sua historicidade. Como define Margareth Rago (1998, p. 36), trata-se também de uma “história contada no registro feminino, por vozes femininas que se assumem como sujeitos da experiência.

Cecil Zinani (2006, p. 66) adverte que, “para discutir a formação do sujeito e da subjetividade feminina”, é necessário

[...] construir uma fundamentação teórica através da desconstrução da teoria androcêntrica. A nova formulação proposta, além de questionar as estruturas teóricas vigentes, precisa estabelecer modelos interpretativos que dêem conta não só da experiência feminina, mas de uma abordagem de aspectos que a mulher considera relevantes e que marquem sua posição como sujeito gendrado.⁸

Teresa de Lauretis, quando trabalha com a tecnologia de gênero, na senda de Foucault⁹, propõe uma sexualidade feminina que fuja à projeção masculina (recusando o ideário androcêntrico e a história das mulheres escrita pelos homens), assim como que se busque captar a realidade social com base na conscientização de gênero: “a construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação” (LAURETIS, 1994, p. 217).

Ainda na década de 1970, o conceito de “gênero” vai dar suporte às experiências femininas, com ênfase no aspecto relacional entre mulheres e homens. Descoberta relevante da Antropologia, durante as décadas, a categoria “gênero” tem sido uma contribuição importante para a leitura hermenêutica feminista. A Nova História a elegerá como uma das categorias de análise das desigualdades de poder¹⁰, em conjugação com mais dois eixos, raça e classe. Para tanto, a rejeição de outra oposição fixa – “masculino versus feminino” – será desconstruída pela historicização das experiências sociais que constroem os gêneros.

A inclusão do gênero como elemento da análise científica decorreu da revisão do conceito de ciência no palco de debates acerca dos critérios de cientificidade que se constituiu no século XX. O critério de demarcação entre ciência e não ciência, proposto pelo Círculo de Viena, que priorizava os aspectos lógicos sobre todos os demais, seria a existência de um método – o indutivo – baseado na verificação das teorias mediante observação e experimentos.

As críticas ao modelo do Círculo de Viena, encabeçadas por Karl Popper,

contestavam a lógica do método indutivo e os princípios apriorísticos.

A presença de mulheres nas universidades contribuiu muito também para colocar sob suspeita esse construto “racional-positivista”, com base na asserção de Pierre Bourdieu de que o campo científico é um espaço de disputa constante pela autoridade científica. Ao defender a legitimidade do instrumental de gênero e da história das mulheres como objeto de investigação científica, as pesquisadoras marcam sua originalidade para um acréscimo de recursos ao repertório canônico. A suspeita hermenêutica, como estratégia de subversão, é a postura assumida a serviço de uma ciência “libertária” (PEREIRA, 2005, p. 148).

Para as feministas, a falibilidade daquele discurso científico era um *parti pris* e sua opção metodológica residia em desconstruir as epistemologias consagradas, propondo outras categorias analíticas: o cotidiano como lugar das relações (relegado pela ciência de visada androcêntrica), a vivência como experiências que marcam o corpo e a sexualidade, e a emoção como categoria rasurada pelo positivismo (OLIVEIRA, 2008, p. 238).

Dessa forma, novas questões científicas e novas formas de abordagem vieram à baila. Fontes documentais produzidas no espaço privado, como biografias, cartas e diários, demonstravam uma riqueza heurística pouco explorada pelas abordagens tradicionais.

O próprio feminismo foi se metamorfoseando, passando do “feminismo da igualdade” – redutor porque buscava incorporar as experiências das mulheres no modelo normatizador de ciência iluminista, anulando as diferenças de gênero – ao “feminismo da diferença”.

Rachel Soihet, a propósito da análise dos usos do gênero para justificar posições de poder, lembra que Joan Scott, em 1991, já propunha esse procedimento como possibilidade de tornar “as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecer uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixada do passado e a [nossa própria] terminologia” feminista (SOIHET, 1997, p. 104).

Outras historiadoras enfatizarão essa abordagem ao tomar como objetos de pesquisa as mulheres como agentes históricos nos domínios em que sua participação é mais evidente, como o privado e o cotidiano, à diferença dos historiadores de linha positivista, que se atinham à investigação de participações somente no espaço público (o que contribuía para a invisibilidade da atuação feminina).

Corrente historiográfica dominante a partir do século XIX, o Positivismo

propunha uma visão da História como processo linear, retilíneo, causal, inteligível pelo modo racional, operando uma dupla exclusão das mulheres: vedava-lhes a possibilidade de atuarem como historiadoras, como ressaltava Georges Duby, assim como não lhes atribuía protagonismo histórico, já que restringia o público e o político ao mundo masculino (GONÇALVES, 2006, p. 52).

Alinhando-se a Maria Odila Leite da Silva Dias, Rachel Soihet (1997, p. 108) considera que:

A abertura dos historiadores para papéis informais, visíveis apenas através do enfoque do cotidiano, constitui-se no recurso possível para [...] obter pistas que possibilitem a reconstrução da experiência concreta das mulheres em sociedade.

Roger Chartier complementa a discussão acerca da diferenciação das experiências sociais masculinas e femininas, aconselhando que se coloque em foco “os usos diferenciados de modelos culturais comuns aos dois sexos” (CHARTIER, 1993, p. 1007), identificando os mecanismos que representam a divisão social dos papéis como natural e biológica.

Esclarece ainda o estudioso que a aceitação de determinados cânones pelas mulheres pode constituir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter a relação de dominação, ou seja, promover à dominação masculina fissuras que nascem no interior do consentimento e configuram uma resistência que se apropria dos instrumentos simbólicos do dominador.

A esse respeito, Maria Lúcia Rocha-Coutinho, em sua obra de significativo título – *Tecendo por detrás dos panos* –, começa por questionar dicotomias como público *versus* privado, opressão masculina *versus* submissão feminina, que adjetiva como reducionistas e vitimizadoras, por elidirem “as formas especiais e silenciosas de articular sua resistência” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 19) e exercer pressões importantes na vida social dos grupos a que pertencem. Dentro do espaço do lar, por exemplo, a recusa a refeições e a sexo, os mexericos, o controle de informações são estratégias femininas resistentes ao poder doméstico masculino (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 20).

Refere ainda a pesquisadora que foi com o surgimento da sociedade industrial que as mulheres se viram reduzidas aos papéis de mães e esposas, sendo confinadas à esfera doméstica e à maternidade como programa político. A transição da família feudal para a burguesa, como construção social,

[...] pontua traços-chaves que vão desde as relações de produção até a constituição de subjetividades, em que se acentuam a intimidade, a individualidade, as identidades pessoais e o uso de nomes e sobrenomes particularizados [...], ao mesmo tempo que os domínios público e privado [...] se instalam [...] reestruturando tanto seus territórios como suas significações. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 27-28).

Não podemos esquecer que “é na família que a identidade da mulher e do homem recebe as primeiras programações culturais, pois é nela que se constroem diversos tipos de relações, de comportamentos e de condicionamentos culturais e sociais” (VIEIRA, 2005, p. 224). O aprendizado dos rituais de beleza (vaidade feminina que varia na razão do deleite masculino) e de violência imprime-se desde cedo, pela pedagogia familiar do Ocidente, nos cotidianos das meninas e dos meninos, respectivamente (VIEIRA, 2005, p. 255). Também o ditado: “dos homens, a rua; das mulheres, a casa”.

Da transição da família feudal para a burguesa surgirá, então, um novo tipo de contrato matrimonial – o matrimônio por amor – e a Revolução Sentimental do Século XVII (terminologia de Shorter) dará lugar ao amor materno, ao amor conjugal e ao sentimento doméstico de intimidade, sendo a família um lugar de afeição, que se recentrará agora em torno da mulher-mãe.

Para garantir esse quadro, instalar-se-á um “dispositivo de sexualidade” que zele pela pureza das mulheres, assexualizando-as e fragilizando-as como seres que necessitam da proteção masculina. Um novo discurso, consoante com as funções sociais de esposa e mãe centradas no espaço doméstico, consolidará a “natureza feminina” como “frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 31).

A “família extensa” feudal (marido, esposa, filhos, serviçais, parentes, agregados), em que funções domésticas e sociais se mesclavam para a conservação dos bens, dá lugar, na era industrial, a uma diferenciação daquelas funções, iniciando-se a separação de dois âmbitos do cotidiano dos sujeitos: o público e o privado.

A família passa a ser o espaço da intimidade e apenas unidade de consumo, já que a produção agora se dá fora dela. E cabe ao homem, nesse contexto, o papel produtor; à mulher, é reservado o papel reprodutor. O trabalho doméstico, apesar de constituir uma das formas de trabalho social, passa a ser considerado como não-trabalho e a mulher, como dona-de-casa. O espaço público, dominado pelos homens, é vedado às mulheres, confinando-as a uma marginalidade social e a um

mundo subalterno.

A naturalização da diferença entre os sexos, nesse contexto, estende-se na naturalização da divisão entre os espaços público e privado, restritos a racionalidades opostas. A partir da demarcação dos dois setores, diferenças biológicas serão avocadas pelo discurso social para explicar e manter as diferenças sociais e profissionais e para eleger o espaço público como masculino, com maior poder e prestígio social, o que justificaria a ausência feminina dos centros de poder e decisão.

Para Rocha-Coutinho, a mulher-Eva (ou a bruxa de potência orgástica queimada entre os séculos XV e XVIII) dá lugar agora à santificada Maria comedida e indulgente, cujas ambições ficam restritas aos limites do lar, “governada em última instância pelo seu útero” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 44).

Esta violência simbólica ou sacralização de funções, vigente a partir do século XVIII e que se expande no século XIX, torna invisível a regulação dos desejos femininos pela regulação de seus papéis. As mulheres são alijadas de postos de comando social e suas necessidades subordinam-se às da casa, da família. Discursos científicos, filosóficos, políticos e religiosos hegemônicos primam por essencializar essa “condição feminina” em estereótipo de gênero, construção discursiva ou elaboração simbólica inserida num projeto totalizador que a hermenêutica do cotidiano feminino, como investigação da historicidade das mulheres, encarregar-se-á de desmontar, estilhaçando a redoma que as enclausura.

“O estudo das relações de gênero caminha no sentido de documentar as diferenças culturais, de nuançá-las”, na ótica de uma hermenêutica feminista do cotidiano (DIAS, 1994, p. 373). A abordagem renunciará a categorias abstratas como nacionalidade, progresso, para reinvesti-las, revisá-las, encarando-as enquanto processos históricos. E aqui cabe a advertência de Judith Butler (2008, p. 33): “A crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significante masculinista, mas também deve permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo”.

A hermenêutica feminista do cotidiano recorrerá, ainda, à interdisciplinaridade para captar a heterogeneidade do cotidiano das mulheres e, nesse aspecto, ressalte-se a proposta de Antonio Candido (2000, p. 9), segundo a qual “uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica ou lingüística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzi-rem a uma

interpretação coerente”.

Assim, a hermenêutica do cotidiano busca “historicizar aspectos concretos da vida de todos os dias dos seres humanos” (DIAS, 1994, p. 374). Conjugado a uma visada feminista, esse campo do conhecimento histórico-antropológico objetiva delimitar “o lugar, a situação, a posição relativa do grupo social ou mulheres a serem estudadas no conjunto de uma certa sociedade” (DIAS, 1994, p. 376).

Torna-se imprescindível, então, a temporalização dos conceitos, sua contextualização histórica, considerando o processo de transformação dos valores culturais. Nesse sentido, a hermenêutica feminista do cotidiano, como a concebe Maria Odila Leite da Silva Dias, contribui para “mostrar a diversidade e fluidez das relações de gênero e dos conceitos relativos aos papéis femininos tidos como universais”, promovendo posturas por vezes iconoclastas e que “exorcizam mitos ou dogmas que se pretendem de validade universal” (DIAS, 1994, p. 378) e desvendando possibilidades futuras de mudança nas representações estereotipadas das relações de gênero e nas representações do feminino.

Para tanto, em seu viés feminista, a crítica torna-se “contextual, histórica e relativista” (DIAS, 1994, p. 375), no sentido de apreender a experiência vivida pelas mulheres nas sociedades em transformação, com base no cotidiano que aponta para “papéis informais, para o provisório e o improvisado, em geral para o vivido, o concreto e o não dito, sobretudo quando confrontado com regras, valores herdados e papéis prescritos” (DIAS, 1994, p. 377).

A inovação da teoria feminista de desbravamento do cotidiano na perspectiva histórica vem, em suma, contrapor-se aos valores culturais de dominação, que ajudaram a erigir uma “história fálica”, como propunha Joan Scott (1992, p. 80).

A hermenêutica do cotidiano e a história dos aspectos concretos da vida das mulheres nas sociedades contemporâneas constituem um apoio teórico que nos possibilita estratégias de análise dos processos históricos de construção das subjetividades. Trata-se de um estudo transdisciplinar do cotidiano levado a cabo pelas mais recentes correntes feministas (e que despertou, a partir dos anos 60, a atenção de pensadores europeus como Henry Lefebvre, Jean Beaudrillard, Pierre Bourdieu, Agnes Heller, Jürgen Habermas, Michel Foucault, Mikhail Bakhtine, Gianni Vattimo, Gilles Deleuze e Felix Guattari) que imprime ênfase à historicidade e à diferença, com o objetivo de captar subjetividades plurais.

Michel Foucault (2006), por exemplo, em sua análise dos poderes, oferece

fundamentos à história das mulheres, na observação dos micropoderes, suas ramificações, estratégias minúsculas que percorrem a casa, as formas de consentimento e de resistência, formais e informais.

Como crítica da cultura e da metafísica tradicional, a hermenêutica feminista do cotidiano consiste no esforço de transcender dualidades (como público e privado, razão e emoção, cultura e natureza, masculino e feminino) e desconstruir conceitos genéricos e permanentes, perspectivas lineares e categorias abstratas, colocando inclusive sob suspeita a identificação do gênero com um dos pólos das dualidades anteriormente referidas (por exemplo, feminino e privado, masculino e público).

Para Josênia Antunes Vieira (2005, p. 235-236), no que diz respeito à identidade das mulheres,

[...] qualquer mudança deverá começar pela quebra dos padrões discursivos e pela desnaturalização das crenças e dos comportamentos verbais presentes no discurso masculino sobre a mulher [...]. Há que transformar o discurso masculino de opressão em discurso de respeito a uma nova mulher.

A experiência social das mulheres na História inscreve-se a partir de seus cotidianos (os sótãos da história ou arquivos privados, segundo Perrot, 2005: 35) e não de grandes marcos (DIAS, 1992, p. 43-44). Portanto, importa examinar, com base na micro-história, as relações entre sujeito e sociedade – relações de gênero, história das organizações familiares, formação das classes sociais –, em movimento, no tempo. Novos horizontes possíveis de análise se abrirão com a pesquisa da “urdidura de inter-relações entre o microsocial e sua integração nos panoramas mais globais da cultura”, como nos esclarece Maria Odila Leite da Silva Dias (1998, p. 243).

Na trilha de Walter Benjamin, procurar-se-á demonstrar como o histórico aparece como ruptura ou fissura do processo de continuidade, captando indícios, vestígios de singularidades “em relação a uma totalidade sempre evasiva e ausente” (DIAS, 1998, p. 244). Papéis informais – ao invés de normativos – serão vislumbrados e interpretados por entre as linhas de documentos ou discursos produzidos pela ideologia dominante, dando visibilidade, por meio de um processo hermenêutico de desvendamento do silenciado e do oculto, pela memória do privado (PERROT, 2005, p. 39), às realidades sociais de sujeitos oprimidos, ausentes da história narrada pelas elites.

As dissonâncias percebidas em discursos de resistência à hegemonia do

poder serão examinadas com relação a forças de transformação que permitem a fala de sujeitos anônimos e silenciados no passado. Assim, estratégias de sobrevivência à margem do processo de dominação subentendem a historicidade de práticas ou de papéis informais improvisados que o pesquisador buscará levantar enquanto transgressores do que se entende como lei ou sistema.

Gilles Deleuze e Félix Guattari denominam “micropolítica das fronteiras” aos fenômenos que, na órbita da politização do cotidiano e/ou das relações de gênero, movimentam-se fora dos padrões previstos pelo sistema de controle social. Assim, o cotidiano constitui, na contemporaneidade, uma área de estudos voltada para a apreensão das diferenças. Daí, examinar as fissuras à dominação masculina que nascem no interior do consentimento ou que incorporam os discursos de sujeição significa buscar formas de reapropriação ou de desvio dos instrumentos simbólicos utilizados pelo dominador.

Em síntese, fundamentar a análise na categoria (relacional) “gênero” e no enfoque do cotidiano equivale a considerá-los como recursos para a reconstrução da experiência concreta das mulheres em determinada sociedade, com o objetivo de transpor o silêncio e a invisibilidade a que o discurso histórico de hegemonia masculina (androcentrismo) as reduziu.

A hermenêutica do cotidiano, ao pugnar pela dissolução das dualidades a fim de reconstruir historicamente valores apagados ou silenciados, aponta para uma possível desmistificação dos estereótipos a partir da apreensão das experiências vividas e, portanto, apresenta-se como instrumental teórico eficiente para acompanhar a representação e a atuação das mulheres na suas literaturas e sociedades. De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias (1994, p. 379),

[...] a hermenêutica dos estudos feministas dirige o olhar do pesquisador(a) para a apreensão das diferenças, para o exercício de documentação das especificidades dos papéis femininos. Propicia uma atividade de escrutínio crítico, no sentido de desvendar, no cotidiano das sociedades contemporâneas, as possibilidades de áreas de resistência, de improvisação, de papéis sociais alternativos, complementares, nuançados, a descobrir outros focos de estudo, de modo a desvendar possibilidades futuras de eventuais mudanças na representação estereotipada das relações de gênero.

Em outras palavras, à medida que se volta para a análise dos papéis informais em determinada sociedade, a hermenêutica do cotidiano prega uma

atitude iconoclasta que rejeita as totalidades universais – em geral hegemônicas – e assume o perspectivismo como forma de apreensão da experiência vivida; esta, porém, não se dá a ler empiricamente, mas pela via “da desconstrução de idealidades abstratas e do entrecruzar de pormenores concretos com o exercício de historicização de conceitos-chave para a história da mulher como os de classe social, etnia, cidadania” (DIAS, 1994, p. 379).

Retomando Michel de Certeau (2005b, p. 31) – “O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível...” –, as historiadoras tornam visível o “sem nome”, o “rumor sem qualidade”, o “minúsculo”, o “vivido” e, ao conceder-lhe o estatuto de objeto científico, metamorfoseiam o “banal cotidiano”, sob a visada feminista, n’ “o dia-a-dia [...] semeado de maravilhas, escuma tão brilhante [...] como a dos escritores ou dos artistas” com que procuraremos dialogar. Subversão tática silenciosa, tecida por apropriações e ressignificações imprevisíveis, incontrolláveis, operadas por “microrresistências” que fundam “microliberdades” face a sistemas dominantes e uniformizantes.

Notas

* Érica Antunes Pereira é pesquisadora de Pós-Doutorado na área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com o projeto “*Travessias atlânticas: a literatura de Cabo Verde lê o Brasil*”, supervisionada pela Professora Doutora Simone Caputo Gomes. E-mail: erica.antunes@gmail.com

¹ Joan Scott (1992, p. 86) condenava a insuficiência dessa categoria como “figura universal” pelo fato de os historiadores esquecerem a participação das mulheres nos acontecimentos históricos consagrados.

² A eleição do homem branco como sujeito da História deixava de lado, segundo Scott (1992, p. 86), pelo menos metade da humanidade. Se considerarmos que aproximadamente metade da população é constituída por mulheres, logo chegaremos à conclusão de que a soma delas com a população dos homens negros, por exemplo, superará a metade da humanidade.

³ Em carta a Sophie Volland, datada de 29 de agosto de 1762. O útero e sua emocionalidade restringiriam a vida das mulheres à dor e à servidão, segundo Diderot, apud Badinter, 1991, p. 26. Para Freud, a histeria era reservada às mulheres, já que *hysterion*, em grego, significa útero.

⁴ Datas da primeira edição de *A invenção do cotidiano*, volumes 1 e 2, publicada no Brasil, pela Editora Vozes. Usamos as edições de 2005.

⁵ Josênia Antunes Vieira (2005, p. 223) esclarece que são “difíceis e lentas as mudanças sociais referentes à identidade das mulheres, pois cada alteração deve desconstruir processos históricos de séculos de preconceitos e de crenças, solidamente estratificados no seio da sociedade”.

⁶ “Mil maneiras de jogar/defazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros,

caracteriza a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não terem um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Têm que "fazer com" (CERTEAU, 1996, p. 79).

⁷ O hibridismo, para Homi Bhabha, é uma ameaça à autoridade cultural e colonial, subvertendo o conceito de origem ou identidade pura da autoridade dominante, através da ambivalência criada pela negação, variação, repetição e deslocamento. O hibridismo transgredir todo o projeto do discurso dominante e exige o reconhecimento da diferença (BHABHA, 2003).

⁸ Gênero, de *gender* (gênero). O termo *gender* é usado para tratar do nível simbólico das relações homem/mulher. Segundo Joan Scott (1991), gênero é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres, com base nas diferenças entre os sexos.

⁹ Para Foucault (2006), o gênero é o conjunto de efeitos produzidos em corpos (e não uma propriedade dos corpos), comportamentos e relações sociais, por meio do desdobramento de uma complexa tecnologia política.

¹⁰ Cf. Foucault (2006), o Poder não existe como objeto natural: as relações de poder são práticas sociais constituídas historicamente.

Referências

BADINTER, Elisabeth. Prefácio a DIDEROT, Thomas, A.L. & D'EPINAY, Madame. **O que é uma mulher**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 7-34.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Vol. 1. Tradução de Sérgio Milliet. 11. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz – Publifolha, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2005a.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Tradução Ephraim F. Alves, Lúcia Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005b.

CHARTIER, Roger. Différences entre les sexes et domination symbolique, **Annales ESC**, 4, 1993, p. 1005-1010.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Tradução de Mariza Correa. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos Estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A. Oliveira; BRUSCHINI, C. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro, São Paulo: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 39-53.

_____. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças, **Estudos feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 2 (2), 1994, p. 373-382.

_____. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea, **Projeto História**, 17. São Paulo: PUC, 1998, p. 223-258.

DIDEROT, Thomas, A. L. & D'Épinay, Madame. **O que é uma mulher**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GORENDER, Jacob. Dossiê Globalização: globalização, tecnologia e relações de trabalho, **Estudos Avançados**. São Paulo, 11 (29), 1997, p. 311-349.

GUARINELLO, Norberto. História científica, história contemporânea e história cotidiana, **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 24 (48), 2004, p. 13-38.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Susana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

OLIVEIRA, Eleonora M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento, **Estudos Feministas**. Florianópolis, 16 (1), 2008, p. 238-242.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **O elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: o movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PEREIRA, Nancy C. Anotações de presenças e ausências. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (org.). **Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

PERROT, Michelle. Quinze Ans d'Histoire des femmes, *Souces*. **Travaux historiques**, 12, 1987, p. 19-27.

_____. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista: gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 21-41.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e evasão**. Campinas: Papius, 1994.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por detrás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

SHOWALTER, Elaine. Feminism and literature. In: COLLIER, Peter; GYER-RYAN, Helga (ed.). **Literary theory today**. New York: Cornell University Press, 1990, p. 179-202.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record e Rosa dos Tempos, 1997, p. 95-114.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. Revista D.E.L.T.A., **Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, 21, São Paulo: EDUC, 2005, p. 205-238.

ZACCUR, Edwiges. Metodologias abertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Método**: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e gênero**: a construção da identidade feminina. Caxias do Sul: Educs, 2006.

Recebido em: abril de 2012.

Aprovado em: maio de 2012.